

JORGE MIRANDA

DA REVOLUÇÃO À CONSTITUIÇÃO

Memórias da Assembleia Constituinte



PRINCIPIA

Capítulo I

25 DE ABRIL DE 1974

A)

O DIA 25 DE ABRIL

«Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial, inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.»

Sophia de Mello Breyner Andresen

«Qual a cor da liberdade?
É verde, verde e vermelha.»

Jorge de Sena

I

1. O dia 25 de abril de 1974 foi uma quinta-feira e foi um dia de início de primavera, com o céu azul de Lisboa atravessado por algumas nuvens.

Eu estava em casa a estudar na preparação da minha tese de doutoramento, porque nessa manhã não tinha aulas senão à tarde. Eram cerca das 10 horas quando a minha mulher, Madalena (Magda para mim e para as irmãs e os amigos), entrou de repente, vinda do ministério onde trabalhava como jurista, dizendo que estava tudo fechado por causa de uma revolução. Saltei da cadeira, muito surpreendido e excitado por nada saber até então, por ninguém me ter ligado (somente mais tarde soube que, por a área onde morávamos, a Estrada da Luz, estar perto do posto de comando do movimento revolucionário, as comunicações telefónicas tinham sido por ele cortadas).

Seria desta vez? A 16 de março, a marcha de uma coluna militar vinda das Caldas da Rainha tinha sido facilmente interrompida. Iria repetir-se então o mesmo? O regime ainda conseguiria aguentar-se?

Mas fomos ouvir rádio e logo ficámos convencidos de que era uma revolução que ia triunfar. Todas as estações transmitiam as chamadas canções de intervenção e comunicados serenos, mas firmes e convincentes, do Movimento das Forças Armadas (assim se designava o movimento militar), o que significava que estavam por ele dominadas e que, estando essas estações dominadas, muito difícil seria ao Governo inverter a marcha dos acontecimentos.

Não podia ficar em casa num dia como aquele e como, entretanto, apareceu um nosso cunhado, resolvemos sair os dois para ver o que se passava no centro da cidade (tal como a 16 de março tinha ido, com dois ou três colegas, até Sacavém procurar avistar, em vão, a coluna revoltosa). Fomos no meu automóvel até à casa dos meus pais, com os quais continuava a não ser possível estabelecer ligação pelo telefone. Eles moravam na Rua Pinheiro Chagas, no último quarteirão, próximo do quartel-general da região militar de Lisboa.

Quando lá chegámos, vimos que precisamente esse quarteirão estava ocupado por tropas, embora não tivéssemos tido dificuldade em estacionar e atravessar a rua. Notava-se muito cansaço nos rostos dos soldados, armados com o que nos pareceu ser velhas espingardas. Não nos dirigiram palavra, nem nós lhes perguntámos o que quer que fosse.

O meu pai, apesar de muito satisfeito, não estava ainda seguro de que a revolta (não falava em revolução) fosse triunfar. Tinha assistido a tantas tentativas de derrube do regime desde 1927 que não queria precipitar-se. Disse mais ou menos o seguinte: “

– *Eles* vão ter de vencer. Só se não tiverem valor é que não vencerão.

A minha mãe estava muito mais contida e recomendou cuidado.

Voltámos para a rua, com o meu pai, e resolvemos ir à Baixa. Não havia muito trânsito. O que havia, a partir do meio da Avenida da Liberdade, era bastante gente, sobretudo jovens, a descer em grupos, a pé, para os Restauradores e o Rossio. E, quando chegámos ao Rossio, já encontrámos uma massa considerável de pessoas entusiasmadas que saudavam uma coluna de pequenos carros blindados («chaimites») que davam a volta à praça para depois começarem a subir a Rua do Carmo (constava que o presidente do Conselho, Marcello Caetano, se encontrava no quartel da Guarda Nacional Republicana). E observavam-se manifestações espontâneas de simpatia das pessoas.

Depois de a coluna militar passar, achámos que o melhor era voltar para casa e acompanhar pela rádio o desenvolvimento da situação. Tanto a mãe como a Magda estavam, aliás, muito preocupadas, porque perceberam logo – como todos nós – que aquele era o fim do «Ultramár», pelo menos tal como o regime de Salazar o havia concebido: a mãe, preocupada por causa do Carlos, o meu único irmão e médico a prestar serviço militar em Angola; e a Magda porque tinha os pais e duas irmãs a viver em Moçambique. Além disso, a Magda estava grávida e o nosso primeiro filho, o João, tinha acabado de completar um ano e meio. Sosseguei-as, frisando que com a paz tudo seria possível e seria melhor.

2. Foi ao tornar para junto da Magda e do João que ouvi na rádio a «proclamação» do Movimento das Forças Armadas, difundida desde as 11 horas da manhã¹.

¹ V. a coletânea *Fontes e Trabalhos Preparatórios da Constituição*, I, Lisboa, 1978, pág. 25.

O trecho mais significativo era este:

«O Movimento das Forças Armadas, que acaba de cumprir com êxito a mais importante das missões cívicas dos últimos anos da nossa história, proclama à Nação a sua intenção de levar a cabo, até à sua completa realização, um programa de salvação do País e de restituição ao povo português das liberdades cívicas de que vem sendo privado. Para o efeito, entrega o Governo a uma Junta de Salvação Nacional, a quem exige o compromisso, de acordo com as linhas gerais do Programa do Movimento das Forças Armadas, que, através dos órgãos informativos, será dado a conhecer à Nação, de no mais curto prazo consentido pela necessidade de adequação das nossas estruturas, promover eleições gerais de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujos poderes, por sua representatividade e liberdade na eleição, permitam ao País escolher livremente a sua forma de vida social e política».

Fiquei felicíssimo.

3. Cerca das 6 horas da tarde, estava eu, de novo, na casa dos meus pais quando ouvimos na rádio que o general Spínola, em nome do Movimento das Forças Armadas, estava a caminho do quartel do Carmo para receber a rendição do presidente do Conselho (do Presidente da República, Américo Thomaz, nem se falava). Claro está, essa rendição não podia equivaler a uma transferência de poderes, porquanto uma revolução vitoriosa se impõe por si própria. Politicamente, sim, trazia uma clarificação e punha fim a qualquer espécie de resistência que ainda houvesse (praticamente, nesse dia 25, não houve nenhuma resistência em nenhum ponto do País, nem na África, onde se encontrava o grosso dos efetivos militares; só a PIDE atirou, na Rua António Maria Cardoso, matando quatro pessoas; e houve também um seu agente morto).

Eu não estive no Largo do Carmo. Mais tarde assisti pela televisão e no cinema ao que havia sido a chegada de Spínola e ao que havia

sido a partida de Marcello Caetano, numa «chaimite», a caminho do quartel da Pontinha: e, ainda nessa noite, a caminho da Madeira (donde seria autorizado, dias depois, a ir para o Brasil, com Américo Thomaz e outros). Mas todos os relatos desses momentos mostram que quer Marcello Caetano, quer Spínola se portaram ali com grande dignidade e que os militares, tendo à frente Salgueiro Maia (o comandante da coluna de blindados que tínhamos visto no Rossio e que tinha vindo de Santarém), foram muito respeitosos.

Depois do jantar, eu e a Magda fomos para a casa dos nossos vizinhos do lado, que tinham televisão (a nós não interessava a televisão que havia), e ficámos, durante horas, aguardando que surgissem os vencedores. Por fim, vimos, sentados à volta de uma mesa, os generais Spínola e Costa Gomes e alguns oficiais pouco conhecidos² serem apresentados como os membros de uma «Junta de Salvação Nacional» (na realidade, não demoraria muitas semanas a verificar-se que não eram eles, os generais, os vencedores – os vencedores eram os oficiais do Movimento das Forças Armadas, os que depois seriam chamados «os capitães de abril»).

Spínola, com uma voz velha que me impressionou, leu uma proclamação na qual se reiterava o compromisso da eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte, de garantia da liberdade de expressão e da devolução do poder às instituições constitucionais, mas em que também se aludia à «sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental». Já de madrugada viria a ser difundido o Programa do Movimento das Forças Armadas³.

4. Dormi pouco e no dia 26 levantei-me cedo para ouvir mais rádio, observar o ambiente nas ruas e comprar os jornais.

² Deste, eu só conhecia de vista o capitão-de-mar-e-guerra, depois almirante, Pinheiro de Azevedo, porque fizera serviço militar na Marinha e, aquando da minha viagem da Reserva Naval, em abril de 1965, ele era o comandante de uma das duas fragatas, a *Corte-Real*, em que embarcaram os cadetes (embora a minha fosse a outra, a *Diogo Cão*). Na Escola Naval dizia-se que era um grande perito em navegação.

³ V. *Fontes e Trabalhos Preparatórios...*, cit., I, págs. 26 e 27.

À primeira vista, dir-se-ia que a cidade estava a viver um dia normal de trabalho. Os automóveis e os autocarros circulavam como nos outros dias e as pessoas estavam calmas. Pelo contrário, na Faculdade de Direito não havia aulas e já se notava aqui e ali alguma agitação. Os «gorilas» (como eram chamados pelos alunos os homens da segurança contratados pelo Governo para «manter a ordem» depois dos incidentes havidos em anos anteriores), esses, tinham desaparecido.

À tarde, fui ao consultório do meu pai na Avenida António Augusto de Aguiar, muito perto da Avenida Fontes Pereira de Melo. Quando saí, passava uma manifestação, com não muita gente, e já não me recordo das pretensões ou reivindicações que apregoavam. Seria a primeira das muitas e muitas manifestações a que iria assistir (e, em várias, participar) nos dois anos que então se iniciavam.

5. Lendo com atenção o programa da revolução, o Programa do Movimento das Forças Armadas, com medidas imediatas e medidas a curto prazo, era claro, claríssimo, que ele visava a instauração em Portugal de uma democracia representativa de tipo ocidental, com o restabelecimento das liberdades públicas, a extinção dos «tribunais especiais» e a restrição das Forças Armadas, logo que eleitos «pela Nação» a Assembleia Legislativa e o Presidente da República nos termos da Constituição a elaborar pela Assembleia Constituinte, à sua «missão específica de defesa da soberania nacional».

Uma contradição – ou um compromisso de Estado Social – consistia, porém, em declarar-se, por um lado, que «as grandes reformas de fundo só poderiam ser adotadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte» (B, 5) e em, por outro lado, mandar-se o Governo Provisório lançar os fundamentos de:

«a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que ne-

cessariamente implicará uma estratégia económica antimonopolista.

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objetivos a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida dos Portugueses (B, 6).

E mais nítido era ainda o compromisso sobre a política ultramarina, que deveria orientar-se pelos seguintes princípios:

- a) Reconhecimento de que a solução das guerras em África era política e não militar;
- b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, acerca do problema ultramarino;
- c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduzisse à paz (B, 8).

Mais tarde verificar-se-ia que tudo tinha resultado de intensas e, por vezes, crispadas conversações entre o general Spínola e os oficiais do Movimento das Forças Armadas. Nos primeiros tempos, tinham de colaborar: Spínola trazia à revolução a credibilidade e a experiência de um general muito prestigiado e que, de certo modo, era seu precursor próximo, com o seu livro *Portugal e o Futuro*, saído em fevereiro, provocador de uma gravíssima crise no regime. O movimento tinha toda a iniciativa e tinha as armas.

Os confrontos não levariam muito tempo (menos de dois meses) a crescer, à medida que a situação nos territórios ultramarinos se iria agravando, com os militares a não quererem combater mais, por já não fazer sentido combater e, eventualmente, morrer, e à medida que a situação social e política em Portugal começaria a degradar-se. Spínola – por certo, com grande sofrimento interior – acabaria por compreender que a única saída para aqueles territórios era a auto-determinação e a independência (como afirmaria a 27 de julho). Já quanto à situação no País, deixar-se-ia marcar demasiado por alguns acontecimentos e calcularia e utilizaria mal as suas forças.

Mas disso tratarei adiante.